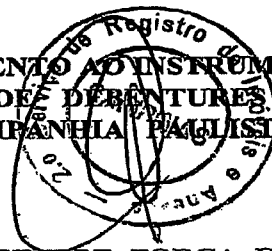


INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DE EMISSÃO DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ



Pelo presente instrumento particular, **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**, sociedade por ações com sede e foro na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, à Rodovia Campinas – Mogi Mirim km 2,5, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº 33.050.196/0001-88, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social, por seus diretores abaixo assinados (a “**EMISSIONORA**”) e, como agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures da 1ª Emissão (os “**Debenturistas**” ou, individualmente, o “**Debenturista**”), **APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua do Tesouro, 47, 3º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº 62.090.873/0001-90, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (o “**AGENTE FIDUCIÁRIO**”), vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente aditamento (o “**Aditamento**”) ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações de Emissão da Companhia Paulista de Força e Luz (a “**Escritura de Emissão**” e a “**1ª Emissão**”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula I - DA AUTORIZAÇÃO

O presente Aditamento é celebrado com base nas deliberações tomadas nas Reuniões do Conselho de Administração da Emissora, realizadas em 30 de maio de 2001 e em 27 de junho de 2001, bem como nas disposições do subitem b.2. do item 4.8.1. da Cláusula Quarta da Escritura de Emissão e no subitem b.1. do item 4.8.2. da Cláusula Quarta da Escritura de Emissão.

Cláusula II - DO AVERBAMENTO DO ADITAMENTO

O presente Aditamento será averbado no Cartório de Registro de Imóveis ao qual está circunscrita a sede da Emissora, à margem do registro relativo à Escritura de Emissão.

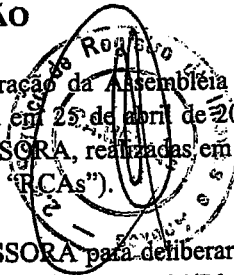
Cláusula III - DAS RETIFICAÇÕES

3.1. Fica incluída, nas Cláusulas Primeira e Segunda da Escritura de Emissão, referência às Reuniões do Conselho de Administração mencionadas na Cláusula I deste Aditamento, passando a Cláusula Primeira e o item 2.2 da Cláusula Segunda da Escritura de Emissão a ter as seguintes redações:



“Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas da EMISSORA realizada em 25 de abril de 2001 (a “AGOE”), e das Reuniões do Conselho de Administração da EMISSORA, realizadas em 07 de maio de 2001, em 30 de maio de 2001 e em 27 de junho de 2001 (as “RCAs”).



A AGOE delegou poderes ao Conselho de Administração da EMISSORA para deliberar sobre (i) as condições de que tratam os incisos VI a VIII, do artigo 59 da Lei 6.404/76, (ii) a oportunidade da realização da 1ª Emissão, (iii) o cancelamento das debêntures da 1ª Emissão que não sejam subscritas durante o período de distribuição e (iv) o cancelamento das debêntures da 1ª Emissão que sejam mantidas em tesouraria pela EMISSORA.

Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS

(...)

2.2. Arquivamento e Publicação das Atas da AGOE e das RCAs

As atas da AGOE e das RCAs que deliberaram sobre a 1ª Emissão foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP e serão publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Gazeta Mercantil e Correio Popular.”

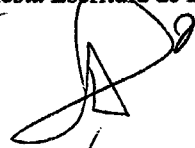
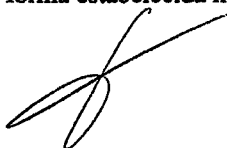
3.2. Fica excluída a referência à Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 56/88, no item 3.6 da Cláusula Terceira da Escritura de Emissão, que passa a ter a seguinte redação:

“3.6. Negociação

As debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.”

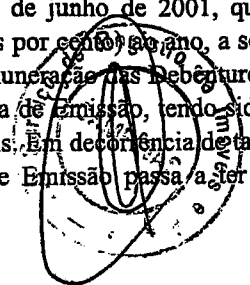
3.3. Fica alterado o item 4.5.3 da Cláusula Quarta da Escritura de Emissão, a fim de esclarecer que somente o valor nominal unitário das Debêntures da 1ª série será atualizado, passando o referido item a ter a seguinte redação:

“4.5.3. As datas de vencimento das Debêntures serão designadas, genericamente, como “Data de Vencimento”. Na Data de Vencimento respectiva, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido da remuneração e, para as Debêntures da 1ª Série, também da respectiva atualização monetária, devidas na forma estabelecida nesta Escritura de Emissão.”



15 007

3.4. Em virtude de procedimento de *bookbuilding* realizado em 21 de junho de 2001, que estabeleceu o *spread* de 11,50% (onze inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, a ser acrescido à variação do IGP-M (conforme abaixo definido) para a remuneração das Debêntures da 1ª Série, fica alterado o item 4.8.1. da Cláusula Quarta da Escritura de Emissão, tendo sido excluídos os subitens b.1. e b.2. do item 4.8.1. e renumerados os demais. Em decorrência destas alterações, o item 4.8.1. da Cláusula Quarta da Escritura de Emissão passa a ser a seguinte redação:



“4.8.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série

a) As Debêntures da 1ª Série farão jus a remuneração com base na variação do Índice Geral de Preços – Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), acrescida de taxa de juros de 11,50% (onze inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

a.1.) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será atualizado pela variação do IGP-M, a partir de Data de Emissão até a Data de Vencimento da 1ª Série, calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos (o “Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 1ª Série”).

a.2.) O Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 1ª Série será calculado por meio da capitalização do montante correspondente à parcela do IGP-M, que será incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série no primeiro dia de cada mês da vigência das Debêntures da 1ª Série, observada a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dep_1}{dct_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dep_2}{dct_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dep_n}{dct_n}} \right\}$$

onde:

VNa = valor nominal atualizado;

VNe = valor nominal ou saldo do valor nominal, conforme o caso;

NI₀ = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;

NI₁ = valor do número-índice do IGP-M do mês de início de atualização;

NI₂ = valor do número-índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;

2

3

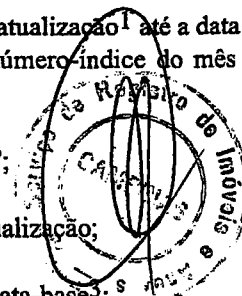
Saldo

NI_n = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização¹ até a data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário², valor do número-índice do mês de atualização¹;

NI_{n-1} = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês "n";

dcp = número de dias corridos da última data-base³ até a data de atualização;

dct = número de dias corridos contidos entre a última e a próxima data-base³;



Observações:

(1) Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures da 1ª Série.

(2) Considera-se data de aniversário o dia 01 de junho de cada ano, até a Data de Vencimento da 1ª Série.

(3) Considera-se data-base o dia 01 de cada mês.

a.3.) O IGP-M deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

a.4.) No caso de indisponibilidade temporária do IGP-M quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, o último IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias corridos, não sendo devida, quando da divulgação do IGP-M devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos Debenturistas.

a.5.) Na ausência de apuração e/ou divulgação do IGP-M por prazo superior a 30 dias após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de extinção do referido índice pela superveniência de normas legais ou regulamentares, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar os Debenturistas para, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, deliberarem, em conjunto com a EMISSORA, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 7/99 e/ou a regulamentação aplicável, sendo facultado à EMISSORA, caso discorde da deliberação da Assembléia de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da Assembléia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação em cronograma estipulado pela EMISSORA, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série, vigendo até o resgate o critério de remuneração deliberado pela referida Assembléia de Debenturistas. Até a deliberação do novo critério de remuneração será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas

R

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ALDO
S

na presente Escritura de Emissão, a última variação percentual divulgada para o IGP-M.

b) A taxa de juros incidirá sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série, devendo ser paga ao final de cada Período de Capitalização, nas Datas de Pagamento da Remuneração da 1ª Série (conforme definidos abaixo).

b.1.) Para fins de remuneração das Debêntures da 1ª Série, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração da 1ª Série correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

b.2.) O cálculo dos juros incidentes sobre as Debêntures da 1ª Série será realizado com base na seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{360}} \right]^{\frac{DP}{DT}} - 1 \right\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNa = valor nominal ou saldo do valor nominal atualizado, conforme o caso;

taxa = 11,50% ao ano;

n = é o número de dias corridos entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

DT = é o número de dias corridos entre o último e o próximo evento;

DP = é o número de dias corridos entre o último evento e a data atual.

Entende-se por evento qualquer pagamento da remuneração das Debêntures da 1ª Série.

c) Os juros incidentes sobre as Debêntures da 1ª Série serão devidos nas seguintes datas (cada uma, uma "Data de Pagamento de Remuneração da 1ª Série"):

2

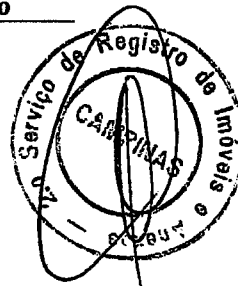
3

4

5



Pagamentos	Data de Pagamento
1º Pagamento	01.06.2002
2º Pagamento	01.06.2003
3º Pagamento	01.06.2004
4º Pagamento	01.06.2005
5º Pagamento	01.06.2006
6º Pagamento	01.06.2007
7º Pagamento	01.06.2008



3.5. Em virtude de procedimento de *bookbuilding* realizado em 21 de junho de 2001, que estabeleceu o *spread* de 0,6% (seis décimos por cento) ao ano, a ser acrescido à Taxa DI (conforme abaixo definido) para a remuneração das Debêntures da 2ª Série, fica alterado o item 4.8.2. da Cláusula Quarta da Escritura de Emissão tendo sido excluído o subitem b.1. do item 4.8.2. e renumerados os demais. Em decorrência de tais alterações, o item 4.8.2. da Cláusula Quarta da Escritura de Emissão, passa a ter a seguinte redação:

“4.8.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série

a) As Debêntures da 2ª Série serão remuneradas anualmente com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, “over extra grupo” expressa na forma percentual ao ano calculada e divulgada pela CETIP e no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, doravante denominada “Taxa DI”, acrescida exponencialmente de *spread* ou sobretaxa de 0,6% (seis décimos por cento) ao ano, base 252 dias (o “Acréscimo sobre a Taxa DI”).

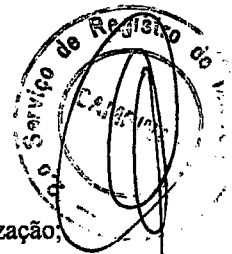
b) O Acréscimo sobre a Taxa DI incidirá sobre o Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, devendo ser pagos ao final de cada Período de Capitalização, nas Datas de Pagamento da Remuneração da 2ª Série (conforme definidos abaixo).

b.1) Para fins de remuneração das Debêntures da 2ª Série, entende-se por “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

b.2) O cálculo dos juros incidentes sobre as Debêntures da 2ª Série será realizado com base na seguinte fórmula:



$$J = VNe \times \left\{ \text{FatorDI} \times \left[\left(\frac{S}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} - 1 \right\}$$



onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNe = valor nominal ou saldo do valor nominal das Debêntures da 2ª Série no início do Período de Capitalização, conforme o caso;

FatorDI = produtório das taxas DI Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive;

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} (1 + TDI_k)$$

onde:

n_{DI} = número total de taxas DI Over;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

k = 1, 2, ..., n

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP;

d_k = número de dia (s) útil (eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over;

S = 0,6% ao ano;

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento;

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual;

Entende-se por evento qualquer pagamento da remuneração das Debêntures da 2ª Série.



b.3.) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

b.4.) No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

b.5.) Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 dias corridos após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar os Debenturistas para, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas deliberarem, em conjunto com a EMISSORA, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 7/99 e/ou a regulamentação aplicável, sendo facultado à EMISSORA, caso discorde da deliberação da Assembleia de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da Assembleia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação em cronograma estipulado pela EMISSORA, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série, vigendo, até o resgate, o critério de remuneração deliberado pela referida Assembleia de Debenturistas. Até a deliberação do novo critério de remuneração será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

c) Os juros incidentes sobre as Debêntures da 2ª Série serão devidos nas seguintes datas (cada uma, uma "Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série"):

Pagamentos	Data de Pagamento
1º Pagamento	01.06.2002
2º Pagamento	01.06.2003
3º Pagamento	01.06.2004
4º Pagamento	01.06.2005
5º Pagamento	01.06.2006"

3.6. Acrescentar ao item 6.4 da Cláusula Sexta da Escritura de Emissão o item 6.4.5, a fim de dispor sobre a remuneração do agente fiduciário substituto, com a seguinte redação:

"6.4.5. O agente fiduciário substituto fará jus às mesmas condições de remuneração estabelecidas para o AGENTE FIDUCIÁRIO no item 6.3 desta Cláusula Sexta."

8



Cláusula IV - DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão e não expressamente alteradas pelo presente Aditamento.



Cláusula V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O presente Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

5.2. Os termos utilizados neste Aditamento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

Cláusula VI - DA CONSOLIDAÇÃO

Em consequência das disposições do presente Aditamento, a Escritura de Emissão, tendo incorporadas as retificações constantes do presente instrumento, passa a vigorar com a seguinte redação:

“INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DE EMISSÃO DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

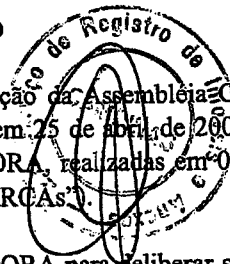
Pelo presente instrumento particular, **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**, sociedade por ações com sede e foro na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, à Rodovia Campinas – Mogi Mirim km 2,5, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº 33.050.196/0001-88, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social, por seus diretores abaixo assinados (a “EMISSIONORA”) e, como agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures da 1ª Emissão (os “Debenturistas” ou, individualmente, o “Debenturista”), **APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua do Tesouro, 47, 3º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob nº 62.090.873/0001-90, neste ato representada na forma de seu Contrato Social (o “AGENTE FIDUCIÁRIO”), vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações de Emissão da Companhia Paulista de Força e Luz (a “Escritura de Emissão”, a “1ª Emissão”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

9



Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas da EMISSORA realizada em 25 de abril de 2001 (a "AGOE"), das Reuniões do Conselho de Administração da EMISSORA, realizadas em 07 de maio de 2001, em 30 de maio de 2001 e em 27 de junho de 2001 (as "RCAs").



A AGOE delegou poderes ao Conselho de Administração da EMISSORA para deliberar sobre (i) as condições de que tratam os incisos VI a VIII, do artigo 59 da Lei 6.404/76, (ii) a oportunidade da realização da 1ª Emissão, (iii) o cancelamento das debêntures da 1ª Emissão que não sejam subscritas durante o período de distribuição e (iv) o cancelamento das debêntures da 1ª Emissão que sejam mantidas em tesouraria pela EMISSORA.

Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A 1ª Emissão de debêntures da EMISSORA será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM"), na forma das Leis n.º 6.385/76 e n.º 6.404/76 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento e Publicação das Atas da AGOE e das RCAs

As atas da AGOE e das RCAs que deliberaram sobre a 1ª Emissão foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP e serão publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Gazeta Mercantil e Correio Popular.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei n.º 6.404/76.

Cláusula Terceira - DAS CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO

3.1. Objeto Social da EMISSORA

A EMISSORA tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica, podendo participar individual ou consorciadamente, de empreendimentos que visem a outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive

10

na exploração de atividades derivadas direta ou indiretamente da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora, bem como participar do capital de outras sociedades.

3.2. Número de Séries

A 1ª Emissão será realizada em duas séries.

3.3. Limite da Emissão

A 1ª Emissão atende ao limite estabelecido no *caput* do artigo 60 da Lei nº 6.404/76, não ultrapassando o valor do capital social da EMISSORA que, em 31 de dezembro de 2000 totalizava R\$ 3.214.417.000,00 (três bilhões, duzentos e quatorze milhões e quatrocentos e dezessete mil reais).

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos captados com a colocação das debêntures da 1ª Emissão serão destinados para pagamento de parte do preço de aquisição das participações acionárias detidas pela Serra da Mesa Energia S.A. e 521 Participações S.A. no capital social da Rio Grande Energia S.A., equivalentes a 66,916% do capital social desta.

3.5. Colocação e Procedimento

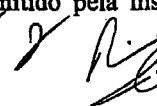
As debêntures serão objeto de distribuição pública em mercado de balcão, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (a “ANDIMA”) e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (a “CETIP”), utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, sendo atendidos preferencialmente os clientes dos coordenadores da distribuição (os “Coordenadores”), inexistindo reservas antecipadas, lotes máximos ou mínimos.

3.6. Negociação

As debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

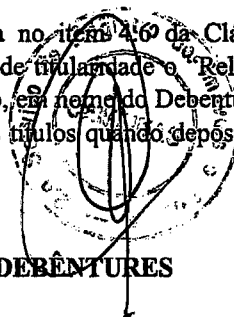
3.7. Certificados das Debêntures

A EMISSORA não emitirá certificados representativos das debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição





financeira responsável pela escrituração das debêntures, definida no item 4.6º da Cláusula Quarta abaixo. Adicionalmente, será admitido como comprovante de titularidade o "Relatório de Posição de Ativos" expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no referido sistema.



Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01.06.2001 (a "Data de Emissão").

4.2. Valor Total da Emissão

O valor total da 1ª Emissão será de R\$ 890.000.000,00 (oitocentos e noventa milhões de reais), na Data de Emissão.

4.3. Quantidade de Títulos

Serão emitidas 89.000 (oitenta e nove mil) debêntures, sendo 44.000 (quarenta e quatro mil) debêntures na 1ª série (as "Debêntures da 1ª Série") e 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures na 2ª série (as "Debêntures da 2ª Série"), sendo as Debêntures da 1ª Série e as Debêntures da 2ª Série, em conjunto, designadas como "Debêntures".

4.4. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão, para ambas as séries (o "Valor Nominal Unitário").

4.5. Prazo e Data de Vencimento

4.5.1. As Debêntures da 1ª Série terão prazo de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se em 01.06.2008 (a "Data de Vencimento da 1ª Série").

4.5.2. As Debêntures da 2ª Série, terão prazo de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01.06.2006 (a "Data de Vencimento da 2ª Série").

4.5.3. As datas de vencimento das Debêntures serão designadas, genericamente, como "Data de Vencimento". Na Data de Vencimento respectiva, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação pelo saldo de seu Valor





Nominal Unitário, acrescido da remuneração e, para as Debêntures da 1ª Série, também da respectiva atualização monetária, devidas na forma estabelecida nesta Escritura de Emissão.

4.6. Forma e Conversibilidade

As Debêntures serão do tipo escritural e não conversíveis em ações da EMISSORA, sendo o Banco Bradesco S.A. responsável pelos serviços de escrituração das Debêntures.



4.7. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária.

4.8. Remuneração

4.8.1. Remuneração das Debêntures da 1ª Série

a) As Debêntures da 1ª Série farão jus a remuneração com base na variação do Índice Geral de Preços – Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), acrescida de taxa de juros de 11,50% (onze inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

a.1.) O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será atualizado pela variação do IGP-M, a partir de Data de Emissão até a Data de Vencimento da 1ª Série, calculada de forma *pro rata temporis* por dias corridos (o “Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 1ª Série”).

a.2.) O Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 1ª Série será calculado por meio da capitalização do montante correspondente à parcela do IGP-M, que será incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série no primeiro dia de cada mês da vigência das Debêntures da 1ª Série, observada a seguinte fórmula:

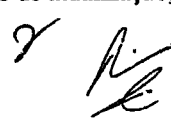
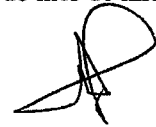
$$VNa = VNe \times \left\{ \left[\frac{NI_1}{NI_0} \right]^{\frac{dcp_1}{dct_1}} \times \left[\frac{NI_2}{NI_1} \right]^{\frac{dcp_2}{dct_2}} \times \dots \times \left[\frac{NI_n}{NI_{n-1}} \right]^{\frac{dcp_n}{dct_n}} \right\}$$

onde:

VNa = valor nominal atualizado;

VNe = valor nominal ou saldo do valor nominal, conforme o caso;

NI₀ = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de início de atualização;





NI_1 = valor do número-índice do IGP-M do mês de início de atualização;

NI_2 = valor do número-índice do IGP-M do mês subsequente ao mês de início de atualização;

NI_n = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês de atualização¹ até a data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário², valor do número-índice do mês de atualização¹;

NI_{n-1} = valor do número-índice do IGP-M do mês anterior ao mês "n";

dcp = número de dias corridos da última data-base³ até a data de atualização;

dct = número de dias corridos contidos entre a última e a próxima data-base³;

Observações:

(1) Considera-se como mês de atualização, o mês compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos das Debêntures da 1ª Série.

(2) Considera-se data de aniversário o dia 01 de junho de cada ano, até a Data de Vencimento da 1ª Série.

(3) Considera-se data-base o dia 01 de cada mês.

a.3.) O IGP-M deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

a.4.) No caso de indisponibilidade temporária do IGP-M quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, o último IGP-M divulgado, calculado *pro rata temporis* por dias corridos, não sendo devida, quando da divulgação do IGP-M devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos Debenturistas.

a.5.) Na ausência de apuração e/ou divulgação do IGP-M por prazo superior a 30 dias após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de extinção do referido índice pela superveniência de normas legais ou regulamentares, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar os Debenturistas para, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, deliberarem, em conjunto com a EMISSORA, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 7/99 e/ou a regulamentação aplicável, sendo facultado à EMISSORA, caso discorde da deliberação da Assembleia de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 15 (quinze) dias contados

a partir da data da realização da Assembléia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em circulação em cronograma estipulado pela EMISSORA, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série, vigendo até o resgate o critério de remuneração deliberado pela referida Assembléia de Debenturistas. Até a deliberação do novo critério de remuneração será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, a última variação percentual divulgada para o IGP-M.

b) A taxa de juros incidirá sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série, devendo ser paga ao final de cada Período de Capitalização, nas Datas de Pagamento da Remuneração da 1ª Série (conforme definidos abaixo).

b.1.) Para fins de remuneração das Debêntures da 1ª Série, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração da 1ª Série correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

b.2.) O cálculo dos juros incidentes sobre as Debêntures da 1ª Série será realizado com base na seguinte fórmula:

$$J = VNa \times \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{taxa}}{100} \right)^{\frac{n}{360}} \right]^{\frac{DP}{DT}} - 1 \right\}$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNa = valor nominal ou saldo do valor nominal atualizado, conforme o caso;

taxa = 11,50% ao ano;

n = é o número de dias corridos entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

DT = é o número de dias corridos entre o último e o próximo evento;

DP = é o número de dias corridos entre o último evento e a data atual.

Entende-se por evento qualquer pagamento da remuneração das Debêntures da 1ª Série.

c) Os juros incidentes sobre as Debêntures da 1ª Série serão devidos nas seguintes datas (cada uma, uma "Data de Pagamento de Remuneração da 1ª Série"):

Pagamentos	Data de Pagamento
1º Pagamento	01.06.2002
2º Pagamento	01.06.2003
3º Pagamento	01.06.2004
4º Pagamento	01.06.2005
5º Pagamento	01.06.2006
6º Pagamento	01.06.2007
7º Pagamento	01.06.2008



4.8.2. Remuneração das Debêntures da 2ª Série

a) As Debêntures da 2ª Série serão remuneradas anualmente com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, "over extra grupo" expressa na forma percentual ao ano calculada e divulgada pela CETIP e no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, doravante denominada "Taxa DI", acrescida exponencialmente de *spread* ou sobretaxa de 0,6% (seis décimos por cento) ao ano, base 252 dias (o "Acréscimo sobre a Taxa DI").

b) O Acréscimo sobre a Taxa DI incidirá sobre o Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série, a partir da Data de Emissão, devendo ser pagos ao final de cada Período de Capitalização, nas Datas de Pagamento da Remuneração da 2ª Série (conforme definidos abaixo).

b.1) Para fins de remuneração das Debêntures da 2ª Série, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

b.2) O cálculo dos juros incidentes sobre as Debêntures da 2ª Série será realizado com base na seguinte fórmula:

$$J = VNe \times \left\{ \text{FatorDI} \times \left[\left(\frac{S}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} - 1 \right\}$$

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNe = valor nominal ou saldo do valor nominal das Debêntures da 2ª Série no início do Período de Capitalização, conforme o caso;

FatorDI = produtório das taxas DI Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive;

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} (1 + TDI_k)$$

onde:

n_{DI} = número total de taxas DI Over;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

k = 1, 2, ..., n

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP;

d_k = número de dia (s) útil (eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over;

S = 0,6% ao ano;

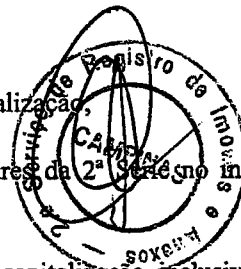
n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento;

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual;

Entende-se por evento qualquer pagamento da remuneração das Debêntures da 2ª Série.

b.3.) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.



4.4.) No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

b.5.) Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 dias corridos após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá convocar os Debenturistas para, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas deliberarem, em conjunto com a EMISSORA, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 7/99 e/ou a regulamentação aplicável, sendo facultado à EMISSORA, caso discorde da deliberação da Assembleia de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da Assembleia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em circulação em cronograma estipulado pela EMISSORA, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série, vigendo, até o resgate, o critério de remuneração deliberado pela referida Assembleia de Debenturistas. Até a deliberação do novo critério de remuneração será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.


c) Os juros incidentes sobre as Debêntures da 2ª Série serão devidos nas seguintes datas (cada uma, uma "Data de Pagamento de Remuneração da 2ª Série"):

Pagamentos	Data de Pagamento
1º Pagamento	01.06.2002
2º Pagamento	01.06.2003
3º Pagamento	01.06.2004
4º Pagamento	01.06.2005
5º Pagamento	01.06.2006

4.9. Amortização

4.9.1. As Debêntures da 1ª Série serão amortizadas em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira devida em 01.06.2007 e a segunda devida em 01.06.2008, por ocasião do vencimento das Debêntures da 1ª Série. As amortizações correspondentes serão devidas nas seguintes datas e proporções:

Data da amortização	Percentual de amortização
01.06.2007	50% do valor nominal atualizado
01.06.2008	saldo do valor nominal atualizado



4.9.2. As Debêntures da 2ª Série serão amortizadas em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira devida em 01.06.2005 e a segunda devida parcela em 01.06.2006, por ocasião do vencimento das Debêntures da 2ª Série. As amortizações correspondentes serão devidas nas seguintes datas e proporções.

Data da amortização	Percentual de amortização
01.06.2005	50% do valor nominal
01.06.2006	saldo do valor nominal

4.10. Repactuação

Não haverá repactuação para as Debêntures.

4.11. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.11.1. A subscrição das Debêntures será efetuada com observância dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva remuneração e, para as Debêntures da 1ª Série, também da respectiva atualização monetária, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.11.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

4.12. Aquisição Facultativa

4.12.1. A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva remuneração e, para as Debêntures da 1ª Série, também da respectiva atualização monetária, calculadas *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo segundo, do Artigo 55, da Lei nº 6.404/76.

4.12.2. As Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou ser novamente colocadas em mercado.

4.13. Resgate Antecipado

4.13.1. A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, mediante publicação de aviso prévio de 15 (quinze) dias aos Debenturistas, promover o resgate antecipado das Debêntures de uma ou de ambas as séries em circulação, pelo pagamento do saldo de seu Valor Nominal

Unitário não amortizado na data do efetivo resgate, acrescido, até a referida data, da respectiva remuneração e, para as Debêntures da 1ª Série, também da respectiva atualização monetária, calculadas, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da remuneração respectiva.

4.13.2. O resgate será realizado com observância do disposto no parágrafo primeiro do artigo 55, da Lei n.º 6.404/76 e poderá ser total ou parcial relativamente a cada série seada, nesta última hipótese, realizado por meio de sorteio.

4.14. Juros Moratórios e Multa

Sem prejuízo do vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto no item 4.15 desta Cláusula Quarta, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incidirão sobre os débitos em atraso vencidos e não pagos pela EMISSORA, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA.

4.15. Vencimento Antecipado

4.15.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor nominal não amortizado das Debêntures, acrescido da remuneração e, para as Debêntures da 1ª Série, também da respectiva atualização monetária, calculadas *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento de Remuneração de cada série, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA ou suas subsidiárias em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento, pela EMISSORA, de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- b) pedido de concordata preventiva ou falência formulado pela EMISSORA;
- c) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da EMISSORA;
- d) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, pela EMISSORA, de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

e) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA, em montante igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), em razão de inadimplência contratual ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA previstas na Escritura de Emissão;

f) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica, de que a EMISSORA é titular nos termos do Contrato de Concessão de Distribuição n.º 014/1997, celebrado pela EMISSORA e pela União Federal em 20.11.1997 (o "Contrato de Concessão");

g) alienação, total ou parcial, por qualquer uma das seguintes sociedades: Serra da Mesa Energia S.A., 521 Participações S.A., Bonaire Participações S.A. e Draft II Participações S.A., de suas participações no capital social da EMISSORA, ressalvadas as alienações entre tais sociedades; e

h) não manutenção pela EMISSORA dos Índices e Limites estabelecidos no item 5.4. da Cláusula Quinta abaixo.

4.15.2. A declaração de vencimento antecipado a que se refere o item 4.15.1. acima deverá ser efetivada mediante notificação extrajudicial enviada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO à EMISSORA, por meio de Cartório de Títulos e Documentos.

4.16. Decadência do Direito aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14. supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da 1ª Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a



na forma de "Aviso aos Debenturistas" nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Gazeta Mercantil – Edição Nacional e Correio Popular, este último de circulação na Cidade de Campinas, ou, na impossibilidade de publicação em qualquer dos jornais ora relacionados, em veículo semelhante.

4.19. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes aos rendimentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados em conformidade com os procedimentos estabelecidos pela CETIP ou caso o Debenturista não participe do sistema CETIP, pelo Banco Mandatário ou na sede da EMISSORA.



Cláusula Quinta - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

5.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre civil, cópia dos demonstrativos financeiros relativos ao trimestre civil findo;
- b) dentro de, no máximo, 90 dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao exercício encerrado;
- c) as informações previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM; e
- d) imediatamente, qualquer informação relacionada à 1ª Emissão que lhe venha a ser solicitada.

5.2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

5.3. Manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, e disponibilizar aos Debenturistas, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, bem como observar as disposições contidas na Instrução CVM n.º 207/94.

5.4. Manter, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, os seguintes Índices e Limites (os Índices e Limites”):

- a) a relação entre EBITDA e Despesas Financeiras, maior ou igual a 1,5 vez; e

- b) o nível de Capital Próprio de, no mínimo, 40% da Capitalização Total e de Capital de Terceiros de, no máximo, 60% da Capitalização Total.

5.4.1. Para fins deste item 5.4., entende-se por:

- (i) EBITDA, o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização;
- (ii) Despesas Financeiras, a soma algébrica das despesas financeiras, excluindo os juros sobre o capital próprio, conforme publicado nas demonstrações financeiras padronizadas encaminhadas à CVM, de acordo com o Plano de Contas do Setor Elétrico;
- (iii) Capital de Terceiros, a soma algébrica dos recursos financeiros obtidos de terceiros pela EMISSORA em virtude de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, inclusive debêntures; e
- (iv) Capitalização Total, a soma algébrica do saldo devedor de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, inclusive debêntures, da EMISSORA e de seu patrimônio líquido contábil.

5.4.2. Os Índices e Limites serão apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras completas da EMISSORA, sem considerar suas subsidiárias e controladas, devidamente auditadas, publicadas e encaminhadas à CVM.

5.5. Manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

5.6. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer obrigações referentes às Debêntures.

5.7. Efetuar, desde que assim solicitado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, o reembolso de todas as despesas comprovadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, nos termos do item 6.9. da Cláusula Sexta abaixo.

5.8. Manter sempre válidas e em vigor as licenças, autorizações e concessões para exploração de serviços de distribuição de energia elétrica objeto do Contrato de Concessão.

5.9. Comunicar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, ao AGENTE FIDUCIÁRIO o descumprimento, pela EMISSORA, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão de natureza pecuniária ou não e/ou de quaisquer contratos que a EMISSORA seja parte.

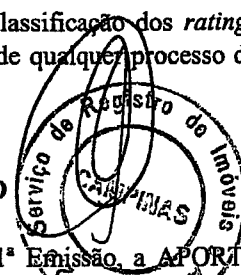
R

23

10
SER

5.10. Comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO qualquer alteração na classificação dos *ratings* concedidos à presente emissão ou à EMISSORA, bem como o início de qualquer processo de revisão destes *ratings*.

Cláusula Sexta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO



6.1. A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da 1ª Emissão, a APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., que, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar, perante a EMISSORA, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.1.1. A EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO declaram não haver qualquer ligação entre ambos que impeça o AGENTE FIDUCIÁRIO de exercer plenamente suas funções.

6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro, do artigo 66 da Lei n.º 6.404/76, e o artigo 9º da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM nº 28/83"), para exercer a função para a qual neste ato é nomeado;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão em todas as suas cláusulas e condições; e
- d) que não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28/83.

6.3. Será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a seguinte remuneração, a título de honorários pelo exercício dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão:

- a) parcelas anuais de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo a primeira devida na data da assinatura desta Escritura de Emissão e as demais na mesma data dos anos subsequentes até o vencimento das Debêntures, devendo ser calculadas *pro rata temporis*, se for o caso.
- b) as remunerações previstas na alínea "a" do presente item serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de eventuais obrigações não cumpridas pela EMISSORA;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

c) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, desde a data de assinatura desta Escritura de Emissão até a data do efetivo pagamento;

d) o valor das parcelas anuais deve ser acrescido dos montantes relativos ao Imposto sobre Serviços – ISS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, que deverão ser pagos pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO nas datas de vencimento da remuneração ora pactuada

e) as remunerações não incluem as despesas incorridas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO no exercício de suas funções e no cumprimento dos seus deveres, que serão reembolsadas pela EMISSORA na forma do item 5.7. da Cláusula Quinta acima;

f) em caso de inadimplemento pela EMISSORA das obrigações de pagamento aos Debenturistas estabelecidas nesta Escritura de Emissão, todas as despesas com procedimentos legais em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. As despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias.

6.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO observará as seguintes condições:

a) nos casos de vacância, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, será realizada Assembléia dos Debenturistas para escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

b) caso a convocação não ocorra em até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

6.4.1. A substituição permanente do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado no registro de imóveis juntamente com a Escritura de Emissão. A substituição fica sujeita a comunicação prévia à CVM e sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos impostos na Instrução CVM nº

28/83 e eventuais normas posteriores.

6.4.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.4.3. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos Debenturistas, mediante publicação nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão.

6.4.4. Em caso de renúncia do AGENTE FIDUCIÁRIO, este deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja escolhida pela EMISSORA e aprovada pelos Debenturistas e assuma efetivamente as funções do AGENTE FIDUCIÁRIO. Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO substituído a parcela de remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data da efetiva substituição.

6.4.5. O agente fiduciário substituto fará jus às mesmas condições de remuneração estabelecidas para o AGENTE FIDUCIÁRIO no item 6.3 desta Cláusula Sexta.

6.5. São deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO, com observância das obrigações previstas na legislação e regulamentação específica:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de impedimento ou inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias,

12





26

001

advertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) acompanhar o atendimento, pela EMISSORA, dos Índices e Limites estabelecidos no item 5.4 da Cláusula Quinta acima;

h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se houver;

i) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protestos, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;

j) solicitar, quando necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

k) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas à presente Emissão;

l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

(ii) alterações estatutárias ocorridas no período;

(iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital social;

(iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(v) aquisições realizadas no período, bem como vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;

(vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

12

[Handwritten signature]

[Handwritten signature] 27



(vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(viii) cumprimento das obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura de Emissão, inclusive das obrigações relativas aos Índices e Limites;

(ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO; e



(x) pagamento da remuneração prevista no item 6.3. acima.

n) colocar o relatório de que trata a alínea anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

(i) na sede da EMISSORA;

(ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, em local por esta indicado;

(iii) na CVM;

(iv) nas bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso; e

(v) em estabelecimento da instituição que liderou a colocação das Debêntures.

o) publicar, nos órgãos da imprensa onde a EMISSORA deva efetuar suas publicações relativas a presente Emissão, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea "n" acima;

p) manter atualizada a relação de Debenturistas e seus endereços;

q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da presente Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

(i) à CVM; e

(ii) às bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, quando for o caso;

s) custear (i) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, taxas e contribuições, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos serviços; e (ii) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários.

6.6. O comunicado aos Debenturistas, no sentido de informá-los de que o relatório anual referido na alínea "m" do item anterior está à disposição, será publicado no prazo máximo previsto na alínea "n" do mesmo item, no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente Emissão.

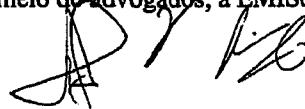
6.7. A notificação de que trata a alínea "r" do item 6.5. acima, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicação no jornal onde a EMISSORA deva realizar as publicações relativas à presente Emissão e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. As despesas decorrentes de eventuais ações judiciais serão de responsabilidade e cobertura dos Debenturistas.

6.8. O AGENTE FIDUCIÁRIO, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- b) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA;
- c) requerer a falência da EMISSORA se não mais existirem bens para garantir as obrigações da EMISSORA; e,
- d) declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão, nas hipóteses previstas no item 4.15. da Cláusula Quarta da presente Escritura de Emissão.

6.8.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 6.8 acima se a Assembléia de Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "b" do mesmo item.

6.8.2. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura de Emissão for paga por meio de ação judicial, ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a EMISSORA



deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura de Emissão, os honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido à cobrança.

6.9. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

6.9.1. O ressarcimento a que se refere o item 5.7. supra será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

6.9.2. As despesas a que se refere o item 5.7. acima compreendem, inclusive, o seguinte:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoção entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridade nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

Cláusula Sétima - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares das Debêntures de qualquer das séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada, a qualquer tempo, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, para Assembléia Geral de Acionistas.

7.4. A Assembléia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

30

7.5. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO, a EMISSORA, a CVM ou os Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação de uma determinada série poderão convocar separadamente uma Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre matérias de interesse específico dos Debenturistas da respectiva série. Nessa hipótese, as disposições desta Cláusula Sétima aplicar-se-ão somente aos titulares de Debêntures de tal série.

7.7. As matérias de interesse específico dos Debenturistas de cada uma das séries da 1ª Emissão somente poderão ser deliberadas por Debenturistas da respectiva série.

7.8. A modificação das condições das Debêntures dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

7.9. A modificação dos Índices e Limites dependerá da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

7.10. Para efeito da constituição dos quoruns de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula serão excluídas do número de Debêntures aquelas que a EMISSORA possuir em Tesouraria.

7.11. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias dos Debenturistas.

7.12. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DESPESAS

8.1. Correrão por conta da EMISSORA todos os custos com o registro desta Escritura de Emissão e das atas da AGOE e das RCAs, bem como os custos com a publicação do extrato destas, na forma da lei.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

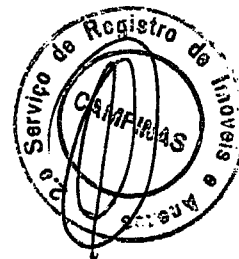
9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por



qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

Companhia Paulista de Força e Luz
Rodovia Campinas – Mogi Mirim km 2,5
CEP 13088-900
Campinas - SP
Tel.: (19) 3756.8704
Fax.: (19) 3756.8777
At.: Sr. Otávio Carneiro de Rezende



Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Rua do Tesouro, 47 – 3º andar
Centro - CEP 13088-900
São Paulo - SP
Tel.: (11) 3107.3401
Fax.: (11) 3105.4368
At.: Sr. Paulo Roberto Pasian

Para o BANCO MANDATÁRIO:

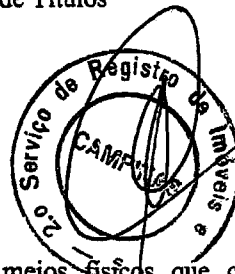
Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, sem número
Prédio Novíssimo, 3º andar
Vila Yara - CEP 06029-900
Osasco – SP
Tel: (11) 3684.8208
Fax: (11) 3684.8255
At: Sr. Farley Menezes da Silva

Para o AGENTE ESCRITURADOR:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus, sem número
Vila Yara - CEP 06029-900
Osasco - SP
Tel: (11) 3684.3749
Fax: (11) 3684.5093
At: Sr. José Donizetti de Oliveira

Para a CETIP:

CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
SND - Sistema Nacional de Debêntures
Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar
Centro - CEP 01009-000
São Paulo - SP
Tel: (11) 3111.1596
Fax: (11) 3115.1664



9.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile ("answer back"), via e-mail ou por qualquer outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins aqui previstos, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile, e-mail ou outro meio de transmissão eletrônica ainda que emitida pela parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

9.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

Cláusula Décima - DA RENÚNCIA

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente 1ª Emissão. Desta forma, a demora ou a omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA, será considerada mera tolerância e não prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, nem será interpretado como renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, não constituindo novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Cláusula Décima Primeira - DA DIVISÃO

11.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.



Cláusula Décima Segunda - IRREVOGABILIDADE E IRRETRATABILIDADE

12.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

Cláusula Décima Terceira - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão."

Estando assim certos e ajustados, a Emissora e, na qualidade de interveniente, o Agente Fiduciário firmam o presente Aditamento, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Campinas, 27 de junho de 2001.

CARTÓRIO
GERALDO

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

1.
Por: **WILSON P. FERREIRA JR.**
Diretor - Presidente

2.
Por: **Otávio Carneiro de Rezende**
Cargo: Diretor Administrativo - Financeiro

TABELÃO DE
NOTAS DA CAPITAL

TABELÃO DE
NOTAS DA CAPITAL

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

1.
Por: **PAULO ROBERTO PASIAN**
Cargo: DIRETOR

2.
Por: **RENATO ROCHA POLACCO**
Cargo: DIRETOR

TABELÃO DE
NOTAS DA CAPITAL

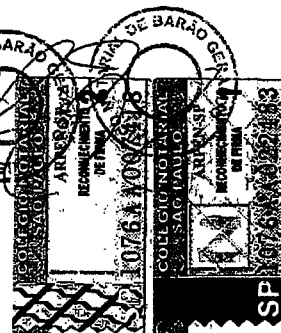
TABELÃO DE
NOTAS DA CAPITAL

Testemunhas:
1.
Nome: **RENATO DE LIMA JUNIOR**
RG: 11.886.953
CPF/MF: 048.425.058-26

2.
Nome: **MARA SOARES RIBEIRO**
RG: 5.853.590-1
CPF/MF: 853.184.508-49

... do Imóvel
 ... - SP
 ... no 003 - 2.º andar
 ... no 125742 - 10 JUL 2001
 ... no 003 - 2.º andar
 ... no 003 (1.º. do Familiar) (-) - (w): do 1.º
 () Pacto Antecelular
 () Convenção de Condomínio
 () Cédula de Crédito
 () Cancelamento do Registro
 (+) Inventário
 () ...

CARTÓRIO DE BARÃO GERALDO - CAMPINAS - SP - FONE/FAX (019) - 3289.112
 Maria Celis de Camargo Perceado - Oficial
 RECONHECO por semelhança 0003 firma(s) de
 WILSON PINTO FERREIRA JUNIOR, OTAVIO CARNEIRO DE
 REZENDE E RENATO DE LIMA JUNIOR
 28/06/2001 EM TEST. DA VERDADE.
 ROGERIO VICENTIN - ESCRIVÃO AUTORIZADO
 Custas: *****5,49 Carimbo: 081366
 Selo(s): 7418-AA 22483-AA



8.º Cartório de Notas da Capital - SP - Tabelião Bel. Douglas Eduardo Duglioli
 Rua XV de Novembro, 113 - Centro - CEP 01013-001 - Tel: 230-9322 (PABX)
 Reconheço por SEMELHANÇA a firma de: PAULO ROBERTO PASIAN, RENATO SOCHA POLACH
 RAYLA SOARES RIBEIRO
 SÃO PAULO - 27 de Junho de 2001
 PABX: 5,49 EM TEST. DA VERDADE 6.º 1.º
 212827435287046012740-966
 Validade somente com o selo de autenticidade

